

Projeto para eleição de presidente vai a exame com parecer contrário

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte aprecia a partir de hoje o projeto de decisão do Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) propondo eleições presidenciais em 1988. O projeto chegará ao plenário da Comissão de Sistematização com parecer contrário do Relator Bernardo Cabral, que o considera impróprio, pois o assunto só pode ser abordado em proposta de emenda ao relatório já aprovado.

O instrumento do projeto de decisão, um dos itens mais polêmicos quando da elaboração do Regimento Interno, ainda não chegou a ser aplicado, apesar deste ser o sexto encaminhado à Comissão de Sistematização. Dos cinco já apreciados, um foi rejeitado por votação simbólica, três não foram votados por falta de quorum e o único aprovado foi contestado por uma questão de ordem do Deputado Carlos Sant'Anna e aguarda o parecer da Mesa.

Para o Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, os projetos de decisão propostos até agora não se ocupam de assuntos específicos desse instrumento. "Ele tem sido usado mais como iniciativa política para pôr

em debate determinados temas", avaliou Arinos, incluindo neste raciocínio o projeto que será votado a partir de hoje.

O primeiro deles pedia auditoria da dívida externa e a suspensão das remessas de pagamento. Em votação simbólica, foi rejeitado pela Sistematização, que acatou a preliminar do relator Prisco Vianna considerando-o "impertinente".

Os projetos número dois, três e cinco foram encaminhados à Mesa da Constituinte sem o parecer da Comissão de Sistematização, já que não atingiram quorum durante três sessões consecutivas. O destino desses projetos, respectivamente dos constituintes Victor Faccione (PDS-RS), Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Iram Saraiva (PMDB-GO) será selado ainda esta semana, na próxima reunião da Mesa da Assembleia. Calcula-se que deverá ser desconsiderado.

O projeto de número quatro, do constituinte Paulo Ramos (PMDB-RJ), aprovada pela Comissão, que veta a conversão da dívida externa em capital de risco, também deverá ser rejeitado pela Mesa, acatando questão de ordem do Deputado Carlos Sant'Anna, que alegou inexistência de maioria absoluta.

'Progressistas' armam a estratégia para obstruir a pauta da Constituinte

BRASÍLIA — O setor "progressista" da Constituinte fixou ontem, em reunião no gabinete do Senador Jamil Haddad (PSB-RJ), a estratégia do grupo para atuação em plenário.

De acordo com a estratégia fixada pelos "progressistas", representados pelo PT, PDT, Unidade Progressista do PMDB, PC do B, PSB e PCB, uma das táticas a serem adotadas em plenário é a da obstrução da pauta.

Quando derrotados, descarregarão os votos, em

bloco, nas propostas do grupo liderado por Scalco.

Entre as questões que merecerão emendas de destaques por parte dos "progressistas" estão: anistia, limite de propriedade rural, conceito de empresa nacional, papel das Forças Armadas, reserva de mercado, Conselho de Comunicação, propriedade do subsolo, supressão do Estado de Defesa, serviço militar voluntário, estabilidade no emprego, jornada de 40 horas e verbas públicas para estabelecimentos de ensino.

Grupos estão perto do consenso na questão da anistia a militares

Foto de Jamil Bittar

BRASÍLIA — Uma proposta de anistia que descarta o ressarcimento de todos os atrasados e não garante a reintegração dos militares punidos, além de não se referir aos empregados das empresas privadas, será apresentada pelo "Grupo Interpartidário" aos integrantes do "Grupo dos 32", coordenado pelo Senador José Richa. Se for aceita, os dois grupos chegarão ao consenso em relação a um dos temas mais polêmicos da Constituinte, mas certamente sem o apoio dos partidos de "esquerda".

A proposta é muito semelhante à emenda 26, aprovada no momento de convocação da Constituinte, apenas ampliando os benefícios para marinheiros, cabos e soldados.

O texto é o seguinte:

"Ficam asseguradas as promoções por mérito ou por antiguidade, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação de conformidade com as leis e regulamentos vigentes".

Na reunião realizada ontem, no Instituto Israel Pinheiro, nas proximidades de Brasília, os dois grupos interpartidários avançaram bastante nos entendimentos sobre reforma agrária, mas não chegaram a uma proposta de consenso sobre a questão mais polêmica: a imissão de posse. Os "moderados" aceitaram a imissão imediata da posse da terra, mas querem que o texto constitucional deixe uma abertura para o recurso à Justiça.

Os deputados "progressistas" não admitem essa abertura, por considerarem que inviabilizaria a reforma agrária. Os "moderados" argumentam que precisa haver uma proteção para os casos de desapropriações indevidas, principalmente quando for constatado o dolo. O Deputado Nelson Friedrich (PMDB-SC), integrante do MUP ("Unidade Progressista"), afirma que não cede mais.

Eles realmente fizeram algumas concessões nos critérios de desapropriações. As desapropriações serão por interesse social, mas a função social será definida na legislação ordinária. O pagamento das desapropriações será feito com Títulos da Dívida Agrária — como queriam os "progressistas" — mas esses títulos poderão pagar até 50% do Imposto de Transmissão Rural, servirão como fiança e caução em geral e como depósito para a execução de ações judiciais e administrativas — como defendiam os "moderados".

O trabalho avançou mais em relação aos demais pontos discutidos: comunicação, saúde, presença do Estado na economia e questão urbana. Na área de comunicação, ficou definida, por consenso, a composição do Conselho Nacional de Comunicação. Será formado por membros indica-



Grupos de Richa e Severo Gomes comparam os seus substitutos

dos pelo Executivo, Legislativo e entidades representativas da sociedade — em proporções iguais. Terá autonomia para outorgar as concessões de rádio e de televisão, mas estes atos poderão ser revistos pelo Congresso Nacional, quando houver interesse. Na questão da intervenção do Estado na economia, novamente prevaleceu a posição dos "moderados". Ficou definido que a base do sistema é a iniciativa privada, cabendo ao Estado o papel de normatizador.

Quanto à reserva de mercado, eles encontraram uma saída que beneficia as empresas nacionais sem contrariar os interesses americanos. O termo "reserva de mercado" foi simplesmente substituído por "proteção temporária".

Os "progressistas" levaram vantagem na área de saúde, onde ficou definido que o setor privado participa complementarmente, sendo mantido o sistema público. O dinheiro público será destinado exclusivamente ao sistema público, não podendo ser desviado para a capitalização de empresas privadas — como na construção de hospitais particulares. Além disso, os hospitais particulares poderão ser desapropriados no interesse público.

Na questão urbana, ficou estabelecido que as desapropriações serão em títulos ou em dinheiro (no caso de imóveis residenciais). Nos demais pontos não chegou a haver muito debate.

De uma maneira geral, os integrantes dos dois blocos tentaram "enxugar" o texto constitucional, mas sem suprimir os pontos fundamentais. Como definiu o Senador Virgílio Távora:

— Todos trabalharam por um texto "enxuto" e "progressista", mas sem ser desviado.

Para Marcos Lima, Centro apóia Cabral

BRASÍLIA — O coordenador da bancada mineira do PMDB na Constituinte, Deputado Marcos Lima, afirmou ontem que o "Centro Democrático" vai apoiar oficialmente o projeto de Constituição que está sendo preparado pelo Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-MG). Segundo ele, a decisão foi tomada na reunião que o grupo realizou em seu apartamento, na última semana.

Marcos Lima criticou a ação dos grupos ideológicos que agem atualmente dentro da Constituinte:

— Estão tentando esvaziar o Relator Bernardo Cabral. Ele tem competência para fazer o projeto e não precisa desses grupos para pressioná-lo.

O parlamentar mineiro disse que o "Centro Democrático" não apoiará oficialmente nenhum dos grupos, mas liberou seus membros para fazê-lo individualmente, se quiserem. Para ele, muitos parlamentares do "Centro" fecharão com o projeto de Cabral.

— Temos que estar juntos daquele que foi eleito com o apoio do "Centro" para fazer o projeto — afirmou Lima, lembrando que Bernardo Cabral é um homem cujas idéias são afinadas com as propostas defendidas pelo grupo.

Segundo ele, o "Centro Democrático" está mantendo diálogo com Cabral, inclusive a nível de sugestões.

Marcos Lima disse também que, pessoalmente, não apoiará o projeto de Alvaro Valle (PL-RJ), que modifica o Regimento Interno da Constituinte, permitindo a apresentação de substitutos ao projeto do relator.